

Integração ou enganação na cadeia produtiva do fumo?

Sistemas integrados significam lucros apenas para as multinacionais; dominação e prejuízos recaem sobre as costas dos agricultores familiares



No modelo de integração, os agricultores arcam com trabalho pesado e com as perdas; fumageiras só lucram.

O tão propagandeado sistema integrado de produção de tabaco pelas indústrias de cigarro é uma armadilha imposta aos agricultores familiares. A suposta garantia de venda do produto e assistência, oferecidas pelas empresas fumageiras, não passam de ilusão. Esse sistema esconde o fato de que quem lucra com a integração na verdade são as indústrias, a maioria de capital multinacional, e que para as costas dos agricultores familiares só sobram os prejuízos. Seja porque o preço mínimo acertado antecipadamente penaliza o produtor, seja porque o aumento da produção acarreta também em aumento das perdas dos fumicultores. E ainda é preciso levar em consideração nessa contabilidade a precariedade da saúde e da qualidade de vida a que estes agricultores se submetem todos os dias para atender às metas e exigências no plantio das folhas de tabaco.

O Brasil é o segundo produtor mundial de tabaco e líder nas exportações do produto. A escalada do país nesse ranking aconteceu paralelamente à redução da produção em outros países exportadores, como os Estados Unidos, os da União Europeia, a Turquia e o Zimbábue. O Brasil exporta cerca de 85% da sua produção, praticamente de fumo em folha, ou algo em torno de 565 mil toneladas/ano. Isso equivale a cerca de 26% de todo o fumo exportado no mundo e o baixo custo da mão-de-obra daqui é um fator essencial para o crescimento da atividade no país.

Veja esse cálculo:

Na safra 2008/2009, foram produzidas 703 mil toneladas de fumo por 186 mil agricultores familiares da região Sul, distribuídos nas mais diversas localidades dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. O preço médio por quilo, pago ao produtor, ficou em R\$ 5,50. Isso resultou num total de

R\$ 3,9 bilhões desembolsados pelas indústrias para pagar a mão-de-obra, frente aos R\$ 16 bilhões que elas arrecadaram com a exportação e fabricação de cigarros. Já a carga tributária no setor é considerada baixa se comparada com a política de impostos sobre o cigarro que existe nos países desenvolvidos, em torno de 50%. O aumento do volume exportado, mais o aumento real dos preços no mercado interno, ampliaram os lucros das multinacionais do setor.

Distribuição do Faturamento e Renda do Setor Fumageiro em 2007

Segmento	Faturamento (R\$ milhões)	%	Margem Líquida (R\$ milhões)	%
Governo	7,747	51	7.747	71
Indústria	3,284	21	1.789	16
Produtor	3,328	22	517	5
Varejista	928	6	928	8
Total	15.289	100	10.981	100

Fonte: Anuário Brasileiro do Fumo, 2007.

Confira alguns mitos e verdades sobre a produção de fumo

MITO	VERDADE
Integração é a salvação?	Integração é DOMINAÇÃO. Com atrativos como a garantia de venda do produto e assistência técnica, as indústrias mantêm sob controle rígido os ganhos dos fumicultores: definem antecipadamente os preços pagos, determinam a meta de volume de produção, a aquisição de insumos e impedem os agricultores de venderem para outros compradores por preços melhores. O ideal é que em vez dos sistemas integrados, os produtores se organizem em sistemas cooperados de produção.
Aumentar a produção de fumo aumenta também o ganho para o produtor?	Claro que não. Muito pelo contrário. É a velha lei da oferta e da procura. Quanto mais produto tiver disponível, menos ele valerá, ou seja, menor será o seu preço. A participação dos fumicultores nos lucros da atividade caiu de 26% para 22% entre as safras de 2005 e 2007. Mas as indústrias mantiveram estável sua margem de lucro nesse período, em torno de 21%. Quando há perdas, só quem perde de fato é o produtor.
O cultivo do fumo é a melhor alternativa de renda para a agricultura familiar?	Nem de renda e nem de saúde e qualidade de vida. Em 2007, o setor fumageiro faturou R\$ 15,3 bilhões. Se compararmos esse montante de lucros a uma carteira de cigarros com 20 unidades, é possível afirmar que apenas 1 cigarro vai parar nas mãos do produtor; 2 são repassados ao comércio varejista; 4 ficam com as indústrias e 13 vão para a arrecadação de impostos.
..e a saúde?	Saúde é o que interessa. Está mais do que comprovado que a produção de fumo, tanto pelo uso intenso de agrotóxicos quanto pela liberação da nicotina nas folhas verdes de tabaco, especialmente nos períodos de colheita, são as maiores causas de mortes e doenças no meio rural. Diversos tipos de câncer, intoxicações, alergias e problemas de ordem emocional, como a depressão e o suicídio, estão diretamente associados à produção de fumo.
Mas diversificar não é um risco?	Não é não. Diversificar, sim, é a salvação da lavoura. Quando você diversifica a produção, diversifica e amplia também as chances de obter renda permanentemente. Em muitas regiões, avançam os ganhos dos produtores com o leite, com a fruticultura, com as hortaliças nas áreas metropolitanas, entre outras. Hoje, o governo federal e alguns governos estaduais dispõem de incentivos para que os produtores substituam as lavouras de fumo pela de alimentos. É o caso do Pronaf Mais Alimentos, dos incentivos à fruticultura, do compra direta, do Programa de Alimentação Escolar e do Apoio à Diversificação nas Áreas de cultivo de Fumo, que está sendo mais trabalhado dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), mas que deverá envolver a ação de cinco ministérios.
Os fumicultores gostam de plantar fumo.	É mentira! Pesquisa aponta que cerca de 72% dos fumicultores não gostam de plantar fumo e só fazem isso por falta de alternativa. A Fetraf está empenhada na ampliação do programa de Diversificação das Áreas Cultivadas com Fumo para apoiar a decisão dos produtores de diversificar as lavouras. Também é preciso constituir cooperativas de produção para tirar os agricultores da dependência e do controle das indústrias multinacionais.

A desigualdade nos rendimentos da produção do fumo

Renda Boa	Renda Média	Renda Insuficiente
Em torno de 40 mil fumicultores têm o que poderia se dizer renda boa ou algo em torno de R\$ 800,00 mensais (por pessoa). Essa renda se dá em função da alta produtividade, entre 2.500 e 3.300 Kg/ha, e por esses produtores serem especialistas na monocultura do fumo. São esses monocultores de fumo, merecedores de atenção especial e tratamento diferenciado por parte das indústrias, que propagandeiam que plantar fumo seria um bom negócio para todos.	A grande maioria dos fumicultores tem uma renda média inferior ao salário mínimo brasileiro ou em torno de R\$ 400,00 por pessoa/mês. Em torno de 80 mil famílias produzem cerca de 200 Kg/ha. Nessa faixa, estão também os novos fumicultores, que foram conquistados nos últimos 15 anos pelas fumageiras. Nesse tempo, cresceu significativamente o número de famílias produtoras no Brasil. Mais oferta, menor o preço!	Aproximadamente 60 mil famílias de fumicultores têm renda baixíssima. Em geral, por não possuírem terras adequadas ao plantio, por falta de assistência técnica e de organização produtiva. A grande maioria dessas, inclusive, é beneficiária do programa Bolsa Família, de transferência de renda do governo federal.

A dura realidade dos agricultores familiares na produção integrada do fumo

Em torno de 150 mil crianças são de famílias que trabalham na produção de fumo no Sul do Brasil, segundo levantamento do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf). A procuradora do MPT, **Margaret Matos**, atribui ao baixo preço pago pelo produto aos fumicultores a razão pela qual a maioria dessas crianças tem de ajudar a família na atividade. “Se as famílias não envolverem as crianças e por não poderem arcar com os custos da contratação eventual de terceiros, elas não atingem as metas exigidas pelas indústrias no sistema de integração”, afirma. E as fumageiras fazem vista grossa para o problema. O assessor técnico da Fetraf e membro da Câmara Setorial do fumo, **Albino Gewehr**, lembra que muitas crianças que não estão na atividade são de famílias que já tiveram experiência de casos graves de intoxicação por agrotóxicos ou de morte associados à produção do tabaco.



“As famílias se obrigam a envolver as crianças na produção de fumo para atingir as metas das indústrias”, afirma a procuradora do Ministério Público do Trabalho, Margaret Matos.

Estudos realizados nos Estados Unidos demonstram que o contato com a folha do fumo verde produz uma série de malefícios: tontura, tremedeira, fraqueza, ânsias de vômito. Existem ainda casos de pessoas que perdem parte da visão. Outras pesquisas apontam que o nível de nicotina no sangue de quem trabalha nas lavouras de fumo chega a ser o mesmo - ou até muitas vezes maior - do que o encontrado no próprio fumante.

Gewehr lembra ainda que “pelo sistema integrado, o agricultor fica totalmente refém das empresas. A indústria fumageira faz a classificação da qualidade do fumo e, conseqüentemente, dita o preço, sem que o agricultor possa se opor”. “Mesmo que a indústria não compre todo o fumo produzido, o produtor não pode vender o excedente à outra empresa. Ou seja, o agricultor arca com todo o prejuízo”, completa.

Responsabilidade social e ambiental das fumageiras não passa de propaganda enganosa

Quase duas décadas após a Fetraf denunciar o descaso das indústrias de cigarro com a saúde dos agricultores que produzem fumo e o trabalho infantil na atividade, chega a ser até ofensivo ver as propagandas das fumageiras sobre responsabilidade social e ambiental. Quem conta essa história é o secretário geral da Fetraf-Brasil, Marcos Rochinski:



Marcos Rochinski,
secretário geral da Fetraf-Brasil.

“ Em 1992, exigimos o recolhimento das embalagens de agrotóxicos e as indústrias de fumo disseram que era impossível recolher esse material e que o custo seria alto. Em 1994, falamos sobre trabalho infantil na produção de fumo e eles rebateram, foram para a imprensa dizer que não existia. Quando cobramos providências sobre a doença do tabaco verde, também negaram categoricamente sua existência. ”

Hoje, essas mesmas indústrias recolhem embalagens de agrotóxicos por exigência legal imposta aos distribuidores e vendedores de veneno agrícola. Afirmam possuir o maior Programa de Erradicação do Trabalho Infantil PETI de todo o país, que envolve as 150 mil crianças das famílias produtoras. Promovem, ainda, uma campanha de mídia chamada de Colheita Segura, na qual recomendam aos agricultores que estes evitem o contato com a folha verde do tabaco. Não admira que logo divulguem que a cobertura florestal nas propriedades dos fumicultores exista por iniciativa das fumageiras e não por decisão dos próprios agricultores em cumprir o que determina a lei ambiental.

Fumo não gera desenvolvimento

IDH dos municípios produtores de fumo é mais baixo!



“Destacam-se as rendas das famílias que não produzem fumo, com diversificação na propriedade”, afirma Amadeu Bonato, coordenador técnico do Deser.

Pesquisa do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (Deser) mostra a realidade dos produtores de fumo no Sul do país. Foram entrevistadas 1,8 mil famílias agricultoras das principais regiões fumicultoras, entre estas, 1.025 produtoras de tabaco. Apesar de terem uma rentabilidade acima da média se for comparado com a de outros cultivos, 72% dos fumicultores, se pudessem, trocariam de plantio. O principal motivo são as doenças provocadas pelo uso intenso de agrotóxicos nas lavouras. Mas outro dado também chama a atenção: o baixo IDH dos municípios produtores de tabaco, que comprova que a atividade não gera desenvolvimento local. A renda se desloca facilmente dos pequenos municípios produtores para os grandes centros de agregação de valor pela industrialização. A produção de fumo pode trazer renda individualmente para as famílias? Pode, mas não gera junto desenvolvimento local. As cidades que têm dinâmica de pobreza, têm a presença do fumo.

Uma análise dos diversos indicadores que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano IDH (expectativa de vida, taxa de alfabetização, taxa de frequência escolar e renda per capita), mostra que as principais áreas produtoras de fumo na região Sul apresentam média abaixo do índice estadual; e, inclusive, a taxa de frequência escolar e renda nos municípios onde predomina a atividade agrícola com o fumo são inferiores à dos municípios onde não se produz tabaco. Isso mostra que a expansão e desenvolvimento do comércio agrícola em grande escala, com mudanças nos sistemas de produção, suporte de políticas públicas e uma crescente transnacionalização do setor agrícola, favoreceram os modernos setores dominantes da agricultura latino-americana em detrimento das maiorias camponesas.

Para o coordenador técnico do Deser, **Amadeu Bonato**, as rendas que mais se destacam nessas regiões fumicultoras de baixo IDH são justamente as rendas das famílias que não produzem fumo e com diversificação na propriedade. “Também é significativa a renda entre as famílias que dominam os processos de agroindustrialização e comercialização de alimentos com valor agregado”, conclui. A pesquisa detalhada será apresentada no início do ano que vem no município gaúcho de Santa Cruz do Sul.

Principais empresas integradoras, por tipo de fumo

Empresas	Total		Estufa		Galpão	
	Famílias	%	Famílias	%	Famílias	%
Souza Cruz	315	30,7	276	30,6	39	31,5
Alliance One	251	24,5	223	24,8	28	22,6
Universal	275	26,8	245	27,2	30	28,6
Continental	90	8,8	85	9,4	5	4,8
Kannenberg	28	2,7	25	2,8	3	2,9
Premium	26	2,5	26	2,9	0	-
Total	1.025	100,0	901	100,0	124	100,0

Fonte: DESER, Pesquisa de campo, 2008

Diversificar é preciso!

Organizações dos agricultores familiares promovem mutirão pela diversificação das áreas cultivadas com fumo. O projeto, desenvolve instalação de unidades demonstrativas de várias culturas e criações animais que possam servir de alternativa aos fumicultores que quiserem abandonar o plantio do tabaco. Na vitivinicultura, os produtores podem conferir experiências e dicas sobre tratamentos culturais, poda, colheita, esmagamento e produção de sucos e vinhos.

Alimentação escolar e agroecologia

Outra alternativa de diversificação que o mutirão apresenta é a capacitação na área de atendimento do mercado institucional. Em outras palavras, se trata do apoio à formação de grupos que dêem conta de atender as demandas da alimentação escolar. Com a lei que determina que no mínimo 30% dos recursos do governo federal destinados à aquisição da merenda devam ser voltados para a compra de alimentos da agricultura familiar, ampliou-se o mercado para hortaliças, frutas, arroz, feijão, batatas, leite, schmier, embutidos, pães e bolachas.

O mutirão também se preocupa em dar suporte à organização de associações e cooperativas que venham a fortalecer a atuação dos agricultores familiares junto ao mercado. Além disso, aposta no segmento da agricultura orgânica, agroecológica e na capacitação dos produtores em gestão ambiental das propriedades rurais. Por enquanto, a iniciativa é desenvolvida na chamada Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul, sob a coordenação da Assaf-Sintraf, Fetraf-Sul e da Cresol Central. A ideia é ampliar em breve essa proposta e envolver milhares de agricultores familiares produtores de fumo.

Agricultores denunciam lobby para aprovar fumódromos

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul/CUT), que tem na sua base 45 mil famílias produtoras de fumo, está denunciando a existência de um lobby por parte das indústrias fumageiras no Brasil, capitaneado pela Souza Cruz, para dificultar a votação de leis que restringem o fumo em locais fechados e aprovar a criação dos chamados fumódromos. De acordo com a Fetraf, foi isso o que aconteceu em São Paulo, no Paraná, em Alagoas, Rondônia e no Rio de Janeiro. Mas estes estados aprovaram suas leis apesar do lobby. Já no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, e em Santa Catarina, sob forte pressão das indústrias de tabaco, a lei anti-fumo estadual foi aprovada, mas com a autorização para instalação de fumódromos. No Distrito Federal, tramita também um projeto no mesmo sentido e o lobby das indústrias está atrasando essa discussão.



Para o assessor técnico da Federação e também membro da Câmara Setorial do Fumo, **Albino Gewehr**, o lobby se dá por meio de dois mecanismos: o repasse de recursos da Souza Cruz para entidades representativas dos bares e restaurantes, de acordo com o relatório social da empresa, e o convencimento dos agricultores de que as restrições ao fumo acarretarão em diminuição no consumo de cigarros no Brasil e, conseqüentemente, em redução de plantio. "Esse é o grande absurdo, uma vez que o próprio Sinditabaco aponta que **mais de 85% do fumo produzido no Sul do Brasil é destinado ao mercado externo, ou seja, é produto de exportação.** Além disso, a tendência é que o consumo de cigarros, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), oscile entre a estabilidade e o crescimento em função da ampliação da renda em diversos países, após a recuperação da crise mundial, e até pelo próprio crescimento da população", afirma. Hoje, existem mais de 1,1 bilhão de fumantes no mundo todo e a OMS projeta que, em dez anos, essa quantidade ultrapasse a marca de 1,6 bi. Gewehr, também destaca que os produtores de fumo estão conscientes de que a redução de área plantada é que pode, por sua vez, valorizar o produto. "É a lógica da lei da oferta e da procura. Quanto mais se produz, menos valorizado fica e vice-versa", lembra.



Clarissa Homsí é coordenadora jurídica da Aliança de Controle do Tabagismo (ACT).

A promoção dos fumódromos

A coordenadora jurídica da Aliança de Controle do Tabagismo (ACT), Clarissa Homsí, questiona o repasse de recursos da empresa fumageira para associações de bares e restaurantes, entidades ligadas à indústria do entretenimento e ao ramo hoteleiro nos estados (Relato Social 2007-2008 da Souza Cruz). "É uma situação que tem, no mínimo, de ser olhada com cautela, pois pode interferir na isenção dessas organizações diante de uma lei anti-fumo e no posicionamento delas em defesa dos fumódromos", adverte Homsí. Ela lembra ainda que quem instalou o fumódromo do aeroporto internacional do Galeão no Rio de Janeiro foi a própria Souza Cruz. "A Anvisa interditou esse espaço e a Souza Cruz entrou com mandado de segurança, mas perdeu em

primeira instância. O Tribunal Regional Federal 2ª Região (TRF2) reformou a decisão, beneficiando a fumageira. Agora, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou a decisão favorável à Souza Cruz e devolveu o processo para o TRF2, para que nova decisão seja proferida”, conta. “Fumar, no Galeão, só é possível do lado de fora”, garantiu a atendente do serviço de informações do aeroporto.

Surto da doença do tabaco verde durante a colheita

Em Candelária, no Rio Grande do Sul, o Ministério da Saúde confirmou 33 casos dos 46 suspeitos

Dores de cabeça, náuseas, vômitos, cansaço muscular, tonturas e alterações repentinas de pressão arterial são alguns dos sintomas da Doença do Tabaco Verde, que ataca os trabalhadores das plantações de fumo na época da colheita, principalmente nos períodos mais quentes e chuvosos. Há alguns anos a Fetraf vem denunciando a ocorrência da doença na atividade produtiva, mas as indústrias fumageiras, com receio de a notícia afetar seus lucros, não admitiam essa possibilidade. Tal negativa fez com que se adiasse o diagnóstico e a constatação da doença, bem como o tratamento adequado dos produtores. Mas, no final do ano passado, a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS) realizou uma pesquisa no município de Candelária, no Rio Grande do Sul. Candelária possui em torno de 4 mil famílias que trabalham na produção de fumo.



“É muito importante que essa informação chegue até os produtores de fumo, para que possam identificar os sintomas e tratar adequadamente a doença”, comenta Albino Gewehr.

A investigação durou 50 dias. Dos 46 casos suspeitos investigados, 33 foram confirmados. O alto teor de nicotina encontrado nas amostras de urina coletadas dos doentes provou não só a existência da doença, mas que os fumeiros não fumantes chegam a ter seis vezes mais nicotina no organismo que uma pessoa não fumante comum e mais até que um fumante possui normalmente. Já os plantadores de fumo que são fumantes atingem índices alarmantes de presença da nicotina no organismo em época de colheita, o que varia do dobro até 16 vezes mais que um fumante comum. Essa investigação deve continuar para aprofundar as razões dos índices exagerados dessa doença entre os fumeiros brasileiros.

Pauta da Fetraf-Brasil entregue ao governo federal para apoio aos fumeiros:

- Recursos para garantir a continuidade das ações do Programa de Apoio à Diversificação Produtiva das Áreas Cultivadas com Fumo, já previsto no PPA – Plano Pluri Anual.
- Alocação de mais recursos humanos, físicos e financeiros ao Programa de Diversificação, no âmbito da Secretaria Nacional de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), para reforçar sua estruturação;
- Destinação de um percentual dos impostos sobre os derivados de fumo produzidos e consumidos no Brasil para o financiamento das ações de implementação da Convenção-Quadro. É o caso do Programa de Diversificação. Essa proposta já foi assumida pelos ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Agrário;
- Implementação de uma efetiva e urgente reforma agrária, que atenda os fumeiros sem-terra e os incentive a diversificar a produção e a se libertarem da dependência do cultivo de tabaco.

